

EDUARDO ANTONIO BONZATTO

DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL, PROFESSOR E PERMACULTOR

Aspectos da História da África,
da Diáspora Africana
e da Escravidão
sob a Perspectiva do Poder Eurocêntrico

Coleção Conhecimento e Vida

Coordenação
Diamantino Fernandes Trindade

1ª edição
Brasil – 2011

**icone**
editora

© Copyright 2011
Eduardo Antonio Bonzatto
Direitos cedidos à Ícone Editora Ltda.

Coleção Conhecimento e Vida

Coordenação editorial

Diamantino Fernandes Trindade

Design gráfico, capa e miolo

Richard Veiga

Revisão

Juliana Biggi

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra,
de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico,
inclusive através de processos xerográficos, sem
permissão expressa do editor (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos reservados pela

ÍCONE EDITORA LTDA.

Rua Anhanguera, 56 – Barra Funda

CEP 01135-000 – São Paulo – SP

Tel./Fax.: (11) 3392-7771

www.iconeeditora.com.br

iconevendas@iconeeditora.com.br

Trago em mim o inconciliável e este é o meu motor. Num universo de sim e não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem quer ouvir não.

Pepetela, Mayombe, 1993, p. 14



Dedico este livro a meu amigo
Salloma Salomão.



ÍNDICE

QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS, TEÓRICAS, METODOLÓGICAS.

FUNDAMENTOS DIALÓGICOS, **11**

SOBRE A HISTÓRIA, **14**

SOBRE A ÁFRICA, **19**

SOBRE A DIÁSPORA, **23**

SOBRE A ESCRAVIDÃO, **25**

PARA UM CONCEITO DE ESCRAVO, **26**

SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS, **30**

DOS DOCUMENTOS, **32**

DAS MINHAS HIPÓTESES, **33**

PARTE I: HISTÓRIA DA ÁFRICA, 35

Capítulo 1

Historicidades da Lei 10.639 no conjunto das ações afirmativas e das conveniências políticas, **41**

Capítulo 2

Pensadores críticos: Appiah e a denúncia da colonização intelectual africana, **57**

Capítulo 3

O mito de Prometeu: a Europa leva os benefícios da sua civilização para a África, **67**

Capítulo 4

A história da África de Joseph Ki-Zerbo, **91**

Capítulo 5

Os registros da primeira chegada do exterior, os portugueses, **117**

Capítulo 6

A grande investida do norte do continente, os muçulmanos, **131**

Capítulo 7

A república moura de Rabat-Salé, costa da Barbaria, **135**

Capítulo 8

Permanências, **139**

PARTE II: DIÁSPORA AFRICANA, 147

Capítulo 9

Para um conceito de diáspora, **151**

Capítulo 10

As muitas diásporas, **161**

Capítulo 11

Tumbeiros, **171**

Capítulo 12

Fanon e os desterrados: o Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Saara Ocidental e Mauritânia) de Rimbaud a Pontecorvo, **177**

Capítulo 13

O caso francês: A invasão dos “africanos”: as revoltas em Paris nos anos 2000, ou a diáspora (in)voluntária do pós-colonialismo – o efeito bumerangue e a invasão invertida dos colonizados rumo ao coração das metrópoles, **187**

Capítulo 14

O caso inglês: A paradoxal invasão dos bárbaros, **193**

Capítulo 15

O caso Darfour: A difícil era dos senhores ou a fornalha das almas, **205**

PARTE III: ESCRAVIDÃO, 215

Capítulo 16

Relações culturais: A Escravidão no Brasil, **217**

Capítulo 17

Relações raciais: da política do branqueamento à construção das identidades étnicas (da raça à cultura), **237**

Capítulo 18

O caso norte-americano: Experiências de segregação e morte, **275**

Capítulo 19

Universidades americanas: Os Cultivadores e os Estivadores da Eugenia, **287**

Capítulo 20

Algumas cidades da África contemporânea e os rituais e experiências no bifronte tradição *versus* modernidade: Cidade do Cabo, Accra, Kigali (muti, haucá, hutu), **321**

ENFIM..., 341

BIBLIOGRAFIA E INDICAÇÕES DE LEITURA, 347



O poder eurocêntrico (ou “sistema-mundo”, traduzido basicamente por termos tão universais quanto desenvolvimento, progresso, direitos, ecologia e que implica efeitos colaterais tão familiares como pobreza, hierarquia, obrigações, destruição do meio ambiente) degenera todas as relações sociais estabelecendo uma “pirâmide de pequenos tiranos” onde quer que se instale: eis a hipótese que norteia este trabalho.

QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS, TEÓRICAS, METODOLÓGICAS. FUNDAMENTOS DIALÓGICOS

A primeira coisa que quero destacar: aqui, o termo “negro” que pressupõe uma parte dos seres humanos que compartilham uma jornada pelo planeta e que, por força do preconceito, se distinguem por distinções expressas pela cor da pele e que de antemão devo recusar embora me utilize dessa designação por força de um hábito e de uma das formulações despótica e fascista da linguagem (Barthes), será apresentado como sujeito da sua história, não como vítima, nem como herói. Como sujeitos da história, as pessoas interagem com os sistemas, fornecendo

combustível e azeitando suas engrenagens, o que é mais comum, ou, de vez em quando, destilando areia em seus mecanismos. Todos os seres humanos são exatamente isso: humanos, repletos de imperfeições e de maravilhas. Ademais, neste livro não se edulcorará a história africana, mas se revelarão as estratégias políticas enunciadas em temporalidades demiúrgicas em que o poder eurocêntrico lança sobre todos um destino que não sei se podemos recusar. Afinal, as pessoas não precisam que as defendamos de seu passado.

Pois fora das teorias virtuais não existe alienação; são as pessoas que “fazem”, que executam, que realizam, com suas contrariedades e desconfortos, suas submissões e adesões, com seus infortúnios, mas também com seus desejos e seus sonhos, com suas vontades e descobertas, com suas possibilidades e prerrogativas, com suas resistências, com suas vantagens precárias e provisórias onde se ocultam as permanências, sujeitas a pressões ou estimuladas por promessas possíveis e impossíveis, animadas por vocações ou por mudanças que um horizonte fornece como uma dádiva, na imediatez de suas conveniências ou na súbita revelação de seus empoderamentos. O comprometimento é a força inerente que enerva os processos. Sem elas, sem as pessoas, os sistemas seriam inertes e inofensivos.

Meus fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos estão contidos nessa frase do filósofo Jean Baudrillard: “Sou um dissidente da verdade. Desenvolvo uma teoria irônica cujo objetivo é formular hipóteses. Lanço mão de fragmentos e não de textos unificados por uma lógica rigorosa”.

Ou seja, epistemologicamente, não acredito numa verdade única, que reduza tudo a uma simplificação e a um único ponto de vista, pois dependendo da perspectiva, outras verdades podem ser capturadas. Minha teoria baseia-se sempre na formulação de hipóteses novas, lançando mão de novos problemas. A metodologia, por sua vez, é conquistada com a utilização de fragmentos em diálogos, sobre os quais podemos interpretar livremente e que sempre “falam” mais do que os textos completos.

Em outras palavras, construí uma maquinaria, uma engenharia de acidentes azeitada pela interpretação. Esses acidentes, farelos de descuidos em que se dizem o indizível, são os fragmentos que recolho.

É pela palavra de outros que induzo o meu texto. Não perco tempo explicando o já dito, pois o leitor deve ter a hipótese¹, como orientação e como guia.

Dessa forma, crio um saudável clima de polêmica, já que me distancio das narrativas consagradas, cujo objetivo fundamental é produzir diálogo entre professores e estudantes.

Esse é, portanto, um texto feito de fragmentos de outros textos, reordenados, reciclados, remontados para que se possa extrair dessa nova construção interpretações fundamentadas em outras problemáticas. Como afirma o irônico Millôr Fernandes, “quem copia um texto comete plágio, quem copia trezentos faz tese”.

O fundamento teórico desse exercício é chamado de hermenêutica. Teoria reconhecida como de extrema dificuldade, cujos usuários devem ser inspirados e protegidos de alguma divindade acadêmica, seu significado é oriundo de Hermes, o mensageiro, interprete e tradutor, que leva a palavra de Zeus aos homens e vice-versa. O problema é que ele o faz segundo suas possibilidades e idiosincrasias, e seus interesses. A hermenêutica é um exercício de interpretação profundamente pessoal, segundo as experiências, saberes e conhecimentos de cada um. Não existe uma interpretação que seja a certa. Numa relação dialógica, os múltiplos interpretadores trocam suas percepções e questionam a si e aos outros. Nesse sentido, é uma rede de complexidades, no estrito significado do termo “complexo” = “tecer juntos”, que pode ou não modificar a interpretação original de cada um. O resto é centralidade acadêmica, vaidade e medo. Nesse sentido, e como afirma Maria Odila Leite da Silva Dias, a hermenêutica é a negação de categorias universais. Supõe soterrar as balizas epistemológicas tradicionais como o Sujeito Humano Universal, a Verdade, a Razão, que nortearam as Ciências Humanas até então. Nesse sentido, não é substituir uma teoria por outra, mas operar na singularidade dos eventos e na perspectiva sempre mutável em que se encontra o historiador.

¹ A hipótese é uma formulação provisória, com intenções de ser posteriormente demonstrada, constituindo uma suposição admissível. Nesse sentido, pode ser considerada como um instrumento de pesquisa que medeia a teoria e a metodologia. Formulada a partir de uma determinada ambiência teórica e diante de um problema científico a ser resolvido, a hipótese implica necessidade de demonstração a partir da metodologia e da pesquisa. Deve-se ter em vista, contudo, que, neste sentido metodológico mais restrito, a hipótese é apenas uma formulação provisória, destinada a colocar a pesquisa em andamento. No decorrer do processo de pesquisa ela pode ser confirmada ou não, o que não desqualifica o papel que terá exercido para impulsionar a pesquisa para a frente.

SOBRE A HISTÓRIA

O que é a História?

É um instrumento político inventado nos séculos XVIII e XIX na Europa ocidental, principalmente em países como Alemanha, França, Inglaterra e Itália, com o objetivo de recompor o passado para legitimar e autenticar a arquitetura do Estado-Nação, elegendo momentos precisos de mudanças (os fatos históricos, por exemplo) e sugerindo permanências e naturalizações (a desigualdade).

O que nos permite estabelecer certas premissas:

A primeira é se existe um movimento das sociedades no tempo que implica mudanças e permanências.

A segunda é se essas mudanças e permanências são, em outras sociedades, similares, ou seja, se o mesmo movimento é encontrado em sociedades diversas com outras culturas e outros arranjos sociais.

A terceira, considerando que as duas primeiras premissas foram reconhecidas como verdadeiras, é se tal movimento é resultado de uma imposição, ou se é uma impressão produzida por uma forma específica de observar, de analisar, de construir um determinado conhecimento sobre esse mesmo movimento.

E aqui estamos já no campo da história, ou seja, de uma forma de “ver” a realidade e de “narrar”.

Essa narrativa tem, também ela, uma história.

As diversas formas de narrar os fatos históricos depende de qual teoria se aplica ao conjunto meio caótico de fatos, de tal sorte que o resultado pode ser positivo ou negativo ou, com algum esforço, complexo.

Os fatos históricos são os eventos que, segundo uma determinada tradição, valem a pena ser lembrados.

As escolas históricas quase que exclusivamente construíram uma história narrada a partir da Europa, já que a expansão dessas sociedades e culturas acabaria por acometer a terra toda. A este fenômeno chamou-se eurocentrismo.

Ora, partindo-se desse princípio, poderíamos nos indagar se existem em outras sociedades, como o Japão, a Índia, a China, a África ou a América, algo ainda que similar ao período medieval europeu.

De certo modo, as diversas narrativas históricas que aqui chamaremos de Escolas Históricas foram produzidas num período muito determinado da história: a formação dos Estados-nação europeus entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX.

Em linhas bem gerais, estas Escolas Históricas são o Historicismo, que consiste numa narrativa realizada a partir de documentos históricos; no Positivismo, que incorpora no movimento histórico valores como progresso e evolução; no Marxismo, cuja narrativa propõe um movimento que, embora igualmente positivo, é realizado pela luta entre as classes sociais; a Escola dos Annales, que analisa uma variada gama de documentos materiais e imateriais na ambição de resgatar a mentalidade de outras épocas, trazendo consigo o homem comum para a narrativa histórica.

A rigor, todas essas escolas estão fundamentadas no Quadripartismo Histórico, ou seja, que o movimento da história tem início na Mesopotâmia, passa pela Grécia, por Roma, pela Idade Média, até aportar na modernidade europeia. São as chamadas Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Segundo esta lógica, a história avança do passado para o presente e deste para o futuro, numa linha reta de tempo.

As outras experiências sociais e históricas foram, por um processo de imperialismo europeu, incorporadas nessa mesma lógica, de tal sorte que, por exemplo, o capitalismo, hoje, é um fenômeno planetário, abarcando todas as sociedades.

Irei propor, aqui, um outro modo de interpretar a história: a hermenêutica, cujo princípio parte de uma recusa de todos os universais, o Homem, a Sociedade, a História, a Mulher, e se debruça sobre singularidades, movimentos muito específicos que não podem ser comparados com nenhum outro e devem ser observados segundo a perspectiva de cada um.

É a interpretação que importa nesse movimento.

Para que possamos interpretar, devemos ter acesso a muitas formas de perceber um determinado fenômeno, quebrando com isso a ideia de uma única perspectiva.

Como o passado pode ser recomposto?

Afinal, o que é a história?

Primeiro é preciso entender que a história não existe desde sempre. Seu nascimento tem uma data, é parte de um acontecimento.

O acontecimento é o aparecimento do Estado-nação e a data de seu aparecimento está intimamente vinculada a três homens históricos: Vico, Herder, Hegel. Vico é o primeiro deles.

Ao tempo de Vico, a história era vista, por homens como Descarte, como uma coletânea de histórias sem elos entre si, desprovida dos critérios de cientificidade que o iluminismo estava impregnando na emergência do conhecimento. Por outro lado, era vista e praticada por historiadores como Grotius e Pufendorf como um elemento da lei natural, cuja validade se estendia a todos os homens e a todos os tempos e lugares, ou seja, seus critérios validavam e assemelhavam todas as experiências.

Já Bossuet entendia a história como um desdobramento do plano divino, muito similar a Leibniz. Hobbes, por sua vez, acreditava que a história tinha os mesmos movimentos da física, de causa e efeito exatos, onde quer que se manifestasse. Spinoza acreditava que somente a razão, distinção de alguns, era capaz de entendê-la. Em todos esses casos, a história, quando muito, era a mestra da vida.

Até aqui, a história consta de um plano divino e os homens respondem a seus estímulos quase como autômatos. Com Vico, a história desce a terra, e os homens agarram seus destinos e decidem seus próprios caminhos.

De Deus ao homem e do homem às forças impessoais como “o povo”, “a nação”, “a religião”. O séc. XIX nasce sob o imperativo dos universais.

Michelet há de incorporar Vico sob esse prisma, mas é Herder o emblema dessa história movida pelos universais, em que a humanidade caminha sob um determinismo marcado por uma sequência de eventos irrecusáveis.

Mas esse determinismo estava vinculado a especificidades que impediam a aceitação de um “homem universal”.

Seu universalismo admitia experiências diferenciadoras: os alemães estavam marcados por experiências que os diferenciavam completamente dos franceses, e assim por diante. Todo povo tinha um *Volksgeist*, um espírito interior próprio. Mas o destino geral da humanidade era, acima de tudo, responsabilidade dessas diferenças colaborativas.

Finalmente Hegel, ao herdar esses fundamentos de Vico e Herder, completa o funcionamento da História ao estabelecer sua peculiar forma de movimento: tese, antítese, síntese. Tudo na história funciona segundo um mecanismo de conflito e esse movimento gera o progresso, da mudança permanente resultante dos opostos (tese e antítese), sendo que a síntese nasce já como tese ou antítese de outro conflito.

Assim, podemos definir a história que praticamos como uma ação de homens segundo suas particularidades coletivas exclusivamente nacionais em permanente conflito com outros homens organizados em entidades nacionais.

Internamente, homens com interesses específicos estão em conflito com outros homens (Marx chamará a esse conflito de “luta de classes”) na organização das unidades nacionais.

Esse modo de ver a história, produzido no centro político e cultural da Europa do século XIX, marcará a forma que se entende a história de todo o mundo do século XX em diante.

Isto passará a ser a história e todos os passados serão recompostos a partir desta história.

Claro que todas as narrativas doravante serão submetidas a este arranjo pelo movimento conhecido como eurocentrismo, que consiste num parâmetro único a que todos devem se submeter, já que o colonialismo e o imperialismo serão as ferramentas políticas e policiais de sua expansão para o restante do globo.

Quanto à história da Brasil, pactuo com o autor desse fragmento abaixo, que escreveu um *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, considerando ainda as transformações ocorridas no campo da história sujeita a outras indagações e aberta a outros olhares que também se modificam com o tempo:

Grande parte da história que os brasileiros conhecem hoje, aquela que ainda está na maioria dos livros didáticos, foi criada (ou virou consenso) entre 1960 e 1980. Era um tempo mais tenso do que hoje. A Guerra Fria dividia os países, os governantes e os intelectuais entre comunistas e capitalistas. Na América Latina, as ditaduras militares calavam jornalistas e professores, torturavam e matavam dissidentes. Se no governo dominavam os capitalistas, a direita, nas universidades predominavam as ideias e os métodos de Karl Marx, o pai do comunismo científico. Para se opor à ditadura, era estimulante ressaltar histórias de dependência internacional, em que classes sociais lutavam entre si e que tinham as grandes potências como as vilãs. “Era uma leitura do passado que nos preparava para a revolução”, diz o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal de São Carlos.

Mas o tempo passou. As ditaduras caíram, assim como o Muro de Berlim e a União Soviética. Aos poucos, os pesquisadores ficaram um pouco mais longe das ideologias e passaram a tirar conclusões sem tanto

medo de aderir a um ou outro lado da política. “A geração anterior foi muito marcada pela luta ideológica, exacerbada durante os governos militares. Divergências eram logo transpostas para o campo político-ideológico, com prejuízo para o diálogo e a qualidade dos trabalhos”, diz o historiador José Murilo de Carvalho, professor da UFRJ e um dos imortais da Academia Brasileira de Letras. “A nova geração de historiadores formou-se em ambiente menos tenso e polarizado, com maior liberdade de debate e um ambiente intelectual mais produtivo”.

A visão clássica do Brasil colonial nasceu com o intelectual paulista Caio Prado Júnior em 1933. No livro *Evolução Política do Brasil*, ele afirma que a sociedade brasileira era simples e desigual: “Nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o mercado europeu. Nada mais que isso”. Tudo girava em torno do latifundiário, que deixava só miséria por aqui. A teoria de Caio Prado fez um sucesso tremendo nas décadas seguintes.

Até que, nos anos 90, historiadores descobriram dados que não batiam com a teoria. Registros dos portos do Rio de Janeiro e de Salvador mostram que, em épocas de crise econômica europeia, quando os preços de açúcar e algodão desabavam pelo mundo, no Brasil eles mudavam pouco. Mesmo quando as exportações do Rio de Janeiro diminuíram, a compra de farinha e charque do Rio Grande do Sul aumentava. Esses dados sugerem que havia um bom mercado consumidor no Brasil. Além disso, o testamento dos homens mais endinheirados mostrava que a maioria não fez fortuna exportando cana-de-açúcar, mas fabricando ferramentas ou emprestando dinheiro. Eles compravam fazendas só depois de ricos, para ganhar *status* de proprietários de terras e eventuais títulos de nobreza².

Também dentro dessa nova historiografia, a relação dura entre as classes foi ultrapassada e os agentes sociais se apresentam não mais como vítimas ou rebeldes somente, mas como sujeitos da história que divergem, compactuam, negociam, aceitam, adaptam-se e usufruem das brechas que as relações sociais necessariamente produzem.

Talvez reste dizer que a história é sempre anacrônica, o que é o mesmo que afirmar que seus temas são escolhidos e trabalhados sob o peso e o assombro do presente e só a ele diz realmente respeito.

² NARLOCH, Leandro. A nova história do Brasil. *Revista Superinteressante*, nº 279, Jun./2010, p. 58-9.

SOBRE A ÁFRICA

O que é a África?

Os pan-africanistas nos forneceriam dados gerais sobre o continente nestes termos:

A data de 25 de maio faz referência à criação da Organização da Unidade Africana, que ocorreu em 1963, na Etiópia. Nesse ano reuniram-se, de 22 a 25 de maio, 32 países africanos independentes para traçar uma estratégia de unidade do continente. Em 1972, a Organização das Nações Unidas instituiu o 25 de maio como Dia da Libertação Africana e em 2002, em Durban, África do Sul, 53 países instituíram a União Africana (UA).

A África é um continente com aproximadamente 30,27 milhões de quilômetros quadrados de terra. Ao norte é banhado pelo Mar Mediterrâneo, ao leste pelas águas do oceano Índico e a oeste pelo oceano Atlântico. O sul do continente africano é banhado pelo encontro das águas desses dois oceanos.

É o segundo continente mais populoso do Mundo (depois da Ásia), com aproximadamente 800 milhões de habitantes.

É basicamente agrário, pois cerca de 63% da população habita no meio rural, enquanto somente 37% mora em cidades.

O principal bloco econômico é a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), formada por 14 países, dentre os quais Angola e África do Sul.

O continente foi subdesenvolvido pelas seguidas dominações europeias que ocorreram, tendo sido drenadas de suas terras não só a riqueza de seu solo e subsolo, mas um grande contingente humano.

Os africanos e seus descendentes dispersos pelo mundo formam a diáspora negra e são responsáveis, consciente ou inconscientemente, pela perpetuação da cultura, de hábitos e modos de vida herdados de civilizações ancestrais (como a ideia de energia vital, o axé e a celebração da vida por meio dos ritmos e danças). A África é o continente onde a vida se originou e ali floresceram fantásticas civilizações, como a egípcia, os impérios do Mali, de Gana; a Etiópia, um dos Estados mais antigos do mundo e onde pode ter surgido a espécie *Homo sapiens*.

A tradição oral africana (que tem nos *griots*, contadores de histórias, seu símbolo) não impediu que florescesse uma literatura que teve, inclusive, importante papel nas guerras de libertação africana das décadas de 60 e 70. Em termos de língua portuguesa, por exemplo, há a obra de Agostinho Neto, Pepetela, Jorge Macedo, José Craveirinha, entre outros. Segue um poema de um dos mais importantes escritores de Angola, Jorge Macedo:

POEMA DE AMOR

Adoro-te, África semente,
amor profundo,
nobre fruto do meu eu vivente.
Adoro a calidez das tuas tranças,
manta preta do meu primeiro calafrio.
E o dorso largo em que dormi o sono infantil
e acordei já homem feito³.

Um continente negro, responderiam outros, manifestando sua opinião de acordo com fundamentos que se debruçam sobre a cor da pele de seus habitantes, imaginando que esse fator determina certa homogeneidade política.

A título de comparação, pensemos numa correspondência com a América. A América é habitada pelos americanos, mas quando assim nos expressamos, sabemos da enorme diversidade que há por aqui. Somos indígenas, negros, brancos, falamos português, espanhol, inglês e um monte de outras línguas nativas que jamais conheceremos e nada nos define de modo universal.

Com a África não ocorre isto. Uniformizamos todo um continente baseados unicamente na cor da pele de seus habitantes.

No entanto, como já disse um teórico, essa África não existe. É apenas um conceito construído com determinados fins que nos convidam a desvendar.

Primeiro, tentarei mostrar como essa leitura homogênea foi construída. Depois, apresentarei alguns exemplos das consequências dessa história.

³ <http://aruandamundi.ning.com/>; entrada em 25/05/2010.

Resgato aqui, todavia, um depoimento sublime das dificuldades enfrentadas pelo olhar europeu no lago vertiginoso das desconcertantes temporalidades africanas:

Como a cronologia não é uma grande preocupação dos narradores africanos, quer tratem de temas tradicionais ou familiares, nem sempre pude fornecer datas precisas. Há sempre uma margem de diferença de um a dois anos para os acontecimentos, salvo quando fatores externos conhecidos me permitiam situá-los. Nas narrativas africanas, em que o passado é revivido como uma experiência atual de forma quase intemporal, às vezes surge certo caos que incomoda os espíritos ocidentais. Mas nós nos encaixamos perfeitamente nele. Sentimo-nos à vontade como peixes num mar onde as moléculas de água se misturam para formar um todo vivo⁴.

Essa história da África, por sua vez, será a história do poder europeu na África, em três momentos-chave para entendermos os seus desdobramentos: a invasão, dada por portugueses e holandeses no século XV e XVI, efetuada por potências marítimas armadas da cruz e da espada; a ocupação, efetuada pelos movimentos imperialistas e colonialistas do século XIX, que solucionavam dois problemas internos à sua própria dominação salvacionista contra os proletariados nacionais; e a colonização definitiva, implementada pelos movimentos emancipatórios e pós-coloniais dos anos 1950 em diante, caracterizados pelo modelo de Estado-nação desenvolvimentista.

É uma história do poder eurocêntrico erradicando experiências e empoderando como legítimas autoridades africanas usurpadoras, em busca do santo graal do desenvolvimento.

Para entendermos todo o estranhamento que termos tipicamente europeus como Estado, Império, Cidade-estado podem causar quando aplicados a uma outra realidade, recorro a um exercício de comparação.

Imagine tudo que você sabe sobre um sultão; agora compare essa imaginação à foto a seguir, que resgata uma experiência concreta, dentre tantas possibilidades, de um sultão de algum lugar da África:

4 HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o Menino Fula*. São Paulo: Palas Athena, 2003, p. 14.



Filhos do sultão Boukar e seus colegas brincando de guerra com soldados feitos de bolas de esterco. Uma empregada traz um objeto de detritos, que representa o para-sol do sultão. Mora, 4 de janeiro de 1932. (Michel Leiris, *A África Fantasma*, p. 235)

Tanto quanto possível, apresentarei permanências longínquas de sociabilidades comunais e colaborativas.

SOBRE A DIÁSPORA

A diáspora é o movimento que carrega consigo a cultura e a coloca em contato com outras culturas, promovendo um hibridismo, uma modificação que é incorporação e transformação de si e do outro. Nesse sentido, a diáspora caracterizou-se por singularidades de cada contato. E a cultura resultante foi muito diversa de todas as outras.

Tomo três exemplos a título de promessa:

Em *Peculiaridades de la Esclavitud em Cuba*, Moreno Fragnals informa: “Em 1830, José Antonio Saco se queixava de que os ofícios em Cuba estivessem em mãos de negros e assinalava, como exemplos, pedreiros e cocheiros. Trinta anos mais tarde, todos os cocheiros de Havana eram espanhóis, brancos, e a corporação dos pedreiros não admitia negros. Finalmente, em 1884, adotou-se a solução gordiana: liquidar fisicamente a pequena burguesia negromulata, sob o pretexto de uma sublevação geral dos negros. Milhares de negros livres, que haviam alcançado um determinado nível social, foram executados, encarcerados ou expatriados – e seus bens retidos”⁵.

Se não podemos dizer, dos sistemas escravistas do Brasil e dos EUA, que um foi “melhor” do que o outro, devemos enfatizar, por outro lado, que tais sistemas, em sua totalidade e em seus detalhes, foram bem distintos entre si. Assim como foram diversos os espaços de manobra que os negros conheceram lá e cá – e que utilizaram, estrategicamente, com sentido e direção também dessemelhantes. São as diferenças destas experiências históricas que explicam a existência de candomblés no Brasil e a inexistência de orixás nos Estados Unidos. Os deuses africanos foram eliminados da vida norte-americana. Se tivesse acontecido, no Brasil, no Haiti e em Cuba, o que aconteceu nos EUA e na Argentina, não teríamos, hoje, vestígios de signos culturais explicitamente africanos, em toda a vastidão continental das Américas. É tão simples assim⁶.

⁵ RISÉRIO, Antonio. Op. cit., p. 12-3.

⁶ Idem, *ibidem*.

Mas também nos EUA a influência cultural africana fez raiz profunda:

A alma negra do *blues*

O *blues* é um gênero musical cujas origens no século XIX estão essencialmente ligadas à população rural negra dos Estados Unidos. Misturando elementos das baladas, das cantigas de ninar, dos hinos religiosos, dos ritmos musicais africanos, o *blues* era cantado pelos escravos e ex-escravos que trabalhavam nas fazendas de algodão do sul do país.

Suas melodias eram simples, acessíveis a instrumentistas e cantores sem conhecimento formal de música, permitindo assim a improvisação. As letras não eram difíceis, tendo muitas vezes três versos apenas, que refletiam o estado de espírito dos negros. Repletas de ironias sobre a vida, o amor, o trabalho, essas canções ajudavam a aliviar as tensões e a tristeza (*blues*, em inglês) do dia a dia. O *blues* exerceu influência decisiva sobre o *jazz* e o *rock*. A partir de 1920 – quando ocorreu a primeira gravação de um *blues* –, o gênero se popularizou, passando a ser *cultuado não só pelos negros*, mas também por plateias do mundo inteiro⁷.

Dessa forma, a diáspora levou a cultura africana para onde foram levados os homens e mulheres capturados e a escravidão instalou no novo mundo uma marca que jamais poderá ser removida.

⁷ educacao.centralblogs.com.br/post.php?...blues... entrada em 20/11/2009.

SOBRE A ESCRAVIDÃO

E o que foi a escravidão?

A primeira coisa que nos vem à mente quando tratamos da escravidão é da relação injusta entre brancos e negros, sendo os primeiros os dominadores e os segundos os dominados pela brutalidade da violência e do descaso.

Mas a escravidão foi um modo de ver a realidade, assim como hoje o trabalho livre também é, ao mesmo tempo, um valor e um desvalor, ou seja, para aqueles que se encontram empregados, sem ter que se submeter à ira de algum superior, é um valor, enquanto para aqueles que estão desempregados há muito, ou que se humilham para garantir o pão de cada dia, é sentido como uma profundo desvalor e uma doença.

O que significa dizer isso?

Significa que não existem valores absolutos, mas contradições e paradoxos.

Significa afirmar que a realidade se impõe sobre os homens que se movimentam de acordo com suas duras convenções. E vivem suas vidas da melhor forma possível, realizando um cálculo bastante eficaz para realizar suas sobrevivências.